

DEPOIS DA GUERRA – O COMBATE SILENCIOSO. GETÚLIO VARGAS E O TRABALHISMO EM MEMÓRIAS DE TRABALHADORES DA COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

Patrícia da Silva Mueller Dinamarco*

Entrevistei trabalhadores da CSN, alguns dos quais começaram a exercer seus ofícios na República Velha, em tecelagens, pequenos serviços burocráticos, Exército e – a maioria – no campo, no cabo da enxada, e depois se inseriram no projeto industrial do Estado Novo.

Pretendia, inicialmente, demarcar a influência da propaganda do governo na decisão de irem trabalhar na CSN. Para minha surpresa, as respostas à minha pergunta: “Por que veio para Volta Redonda?”, começavam com justificativas inesperadas.

As respostas me mostravam que aquilo que os movia não era somente a propaganda, eram suas Histórias de Vida, mais do que o caráter persuasivo e repressivo do Estado Novo. Eu precisava compreender a construção política desses homens, dos trabalhadores do Brasil.

Escolhi entrevistar os trabalhadores da CSN, pois meus avós maternos foram para Volta Redonda na época da construção da siderúrgica. Meu avô não se adaptou ao dia-a-dia da usina, trabalhou até seus últimos dias como pedreiro, morava no bairro do Eucaliptal, onde residiam os operários mais inferiores da hierarquia da CSN. Da casa deles, via a siderúrgica da janela da sala, acordava com o cheiro de café, meus tios com o uniforme da Escola Pandiá Calógeras, os trabalhadores da usina descendo o morro para irem trabalhar.

Presenciei a greve de 1988, meu avô estava perplexo, os filhos dentro da usina, cercados pelo Exército, os tiros, as bombas, as mortes, a cidade vazia, ninguém transitava, tudo deserto, as casas fechadas, o silêncio.

Veio a propaganda da privatização, as pessoas diziam que ia melhorar a vida dos trabalhadores, a CSN foi privatizada em 1993. Num ônibus em Volta Redonda, vi um senhor, dizendo para o trocador: “eles nos enganaram, falaram que a gente ia ficar rico com a privatização, que a CSN ia ser nossa, e olha o que que deu”.

Convivi durante três anos e meio com meus colaboradores, entre julho de 2000 e o primeiro semestre de 2004, a CSN privatizada e o então presidente da República do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, “despejava” discursos neoliberais nos trabalhadores.

Na experiência com História Oral, aprendi que não se pode desassociar o trabalho de campo das entrevistas, nossas impressões, o significado dos gestos, do ambiente, das expressões faciais, que dão e trazem o sentido da palavra. É preciso, em História Oral, apresentar as emoções, sentimentos que acompanham as palavras, os gestos, os momentos.

No convívio com os colaboradores, houve tempo de descobertas, esperas, expectativas, ansiedades, revelações. Em História Oral, temos que revelar o que apreendemos nos olhares, nas vozes, nas expressões, além da pura narrativa.

Registrei mentalmente (e no caderno de campo) as imagens que presenciei, nelas está embutido o *punctum*.¹ Imagem que me punziu, suscitou-me, na memória, as recordações, as sensações, o que me fez reagir ao ver e rever as imagens mentais, que remetem a um passado, não por mim vivido, mas transmitido com sentimentos e emoções que se fazem presentes quando recrio mentalmente os momentos experimentados durante as narrativas.

Registrei a imagem de pessoas ávidas por um mundo melhor, inconformadas com a situação do país, a pobreza, o desemprego, a violência, os governantes. O tempo não as curvou diante dos fatos; vi esperança nos seus olhos quando falavam do passado.

O que me surpreendeu foi descobrir o trabalhador do início da CSN; fui apreendida por narrativas inesperadas, ao ver desvendadas, diante de mim, vidas completamente diferentes das que eu esperava encontrar.

A pesquisa em História Oral nos revela que o que parece familiar pode ser e estar muito distante, pode divergir do senso comum, estar em desacordo com teorias preconcebidas, por isso é necessário e preciso deixar nos “desconstruir”, termos a humildade de consentir as novas estruturas que se apresentam, que se revelam.

Minha vivência com os entrevistados foi delineada pela Pedagogia da Autonomia, de Paulo Freire; transferi esse saber para a relação pesquisador/colaborador, o respeito aos saberes do outro, a seus limites, às diferenças, à autonomia de ser; não me permiti qualquer forma de discriminação, reconheci e respeitei a identidade cultural de cada um, jamais perdi de vista que entrevistar é saber ouvir, conviver com o inacabado, com o infinito do tempo, das palavras, da vida, que temos a ilusão de apreender em algumas horas, com poucas palavras, tudo o que foi vivido e está por viver dessas pessoas. Não me permiti o determinismo, me comprometi a escutar, observar, a apreender a realidade.

É preciso que o colaborador creia na prudência, sensatez e lealdade do pesquisador. Estabeleci essa confiança quando deixei claros os termos éticos da pesquisa, que a opinião deles não precisaria ser aprovada por mim, nem suas vidas, atos e sentimentos, que o que

era dito ali só seria divulgado caso o entrevistado concedesse autorização, os prazos seriam respeitados, a palavra final sobre a apresentação da entrevista seria do entrevistado, se ele realmente se reconhecesse no texto; nessa relação, eles perceberam que a ética estava sendo respeitada; foi-se estabelecendo o respeito que permitia um lugar para as confidências.

A confiança no pesquisador transforma o respeito em amizade, colaboração, admiração, companheirismo, por isso o historiador oral não pode trair seus princípios éticos, para que ele nem o colaborador percam o ânimo de chegar ao fim do trabalho.

Sem empatia, não se faz História Oral, é preciso registrar os sentidos das palavras, se inserir no “mundo”, íntimo do colaborador, incorporar suas ações e reações, seus motivos, não julgar, achar que poderia ser ou ter sido diferente, é preciso compreender nessa dimensão, aceitar o que foi e como foi, jamais supor que poderia ter sido diferente.

A empatia nos traz revelações, desvenda os significados dos enunciados, o silêncio, o não-dito, o suspiro, a falta de ar, o choro, nos declaram, nos expõem o que querem dizer.

(...) por mais banal que seja, por menos importante que o imaginemos em suas conseqüências, por mais facilmente esquecido que possa ser após sua aparição, por pouco entendido ou mal decifrado que o suponhamos, um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. Acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado de um lado a um gesto de escritura ou à articulação de uma palavra, mas que, por outro lado, se abre a si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro; em seguida, porque é único como todo acontecimento, mas que está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a conseqüências que incita, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem.²

É preciso apreender o que precede e segue os enunciados, para captarmos seus significados não-ditos, temos que acolher cada momento seu, em sua invasão súbita como acontecimento, é a interpretação de um já-dito que seria ao mesmo tempo não-dito. Para compreendermos as narrativas, precisamos conhecer a vida que as declara. Meus entrevistados transformaram suas vidas, ao buscarem novos tratos nas relações de trabalho, econômicas e sociais. Não suportavam mais viver sem perspectivas, criaram a esperança de uma vida melhor e foram buscá-la.

O senhor Nelson narrou-me o momento da decisão de mudar sua vida: “tinha pena daquelas crianças descalças..., trabalhando debaixo do sol, na enxada... eu fiquei com muita pena de tudo aquilo... eu fiz um pedido a Deus... que eu não tinha a menor idéia de vir aqui”.³

O senhor Henrique contou-me do momento em que decidiu largar a cooperativa e procurar melhores condições econômicas para poder casar: “em 1942, eu saí de lá... eu pedi ela em casamento, fiquei noivo... sem emprego, sem nada, marcar o casamento pra 43 é muita coisa, né? Eu sozinho...”⁴

Esse homem não era uma página em branco, a ser preenchida pelo Estado Novo, ele tinha uma História de Vida e continuava a escrevê-la, tinha capacidade de discernir entre o real, o concreto, que se materializava num projeto do Estado Novo, a CSN, e o abstrato, que permanecia no mundo ideal, a propaganda.

Contudo, a repressão policial e judiciária, a propaganda e a doutrinação políticas, por mais avassaladoras que sejam não garantem o sucesso dos governantes. Ainda que a propaganda no primeiro governo Vargas tenha sido sistemática e coordenadora, é muito difícil admitir que uma campanha publicitária, por si mesma, pudesse elevar seu nome à categoria de “homem providencial”. Não há propaganda que transforme um personagem em líder político, em figura legendária, sem realizações que afetem a vida material e simbólica dos homens e mulheres que o reverenciam. O reconhecimento político e a valorização simbólica que os trabalhadores dedicaram a Getúlio Vargas, bem como a permanência de seus feitos e realizações na memória popular por tanto tempo, não podem ser apenas reduzidos a uma eficiente máquina de fabricar mitos.⁵

Não pretendo dissociar os trabalhadores da autoridade persuasiva do DIP, nem dos mecanismos repressivos, mas não podem ser entendidos unicamente pelo controle político.

Repressão, propaganda, doutrinação, manipulação, demagogia, falta de consciência de classe, cálculos utilitários, entre outras situações, eis a história dos trabalhadores e da própria política brasileira entre 1930 e 1945. (...) O indivíduo se identifica com o poder total da organização e seu desejo de onipotência vai ser realizado através da criação de um objeto comum que todos devem amar, com o qual devem se identificar e em seu nome se submeterem – objeto este que, no nosso caso em estudo, é a pátria. Afinal, o ideal do ego possui, como afirma Freud (1974b, p.119), um aspecto social além do individual. Ele constitui também o ideal do ego por um objeto. Nessa relação entre o ego e o ideal do ego, estará posta a qualidade emocional comum dos laços dos grupos com um líder, uma idéia, etc. (Freud, 1976b, p.136). Se a pátria é o objeto comum do desejo, o trabalho será o ideal comum, o valor dominante para o qual, vão concorrer todas as condutas individuais. O acabamento final desses recalcamientos (pois é disso que se trata com a canalização dos desejos) se dá através da moral. Os valores impostos são para o bem, para a felicidade, para o bem-viver e isso justifica o fim da regulação espontânea, a interdição da paixão, e a centralização e uniformização das atitudes sociais. Em nome da fantasia de segurança e de proteção, institucionaliza-se a relação de submissão.⁶

Remeter o trabalhador do Brasil e todo seu sentimento nacionalista, que se destacou na Era Vargas, a um fruto da repressão, da propaganda, da doutrinação, da demagogia, falta de consciência de classe, é tentar associar o nacionalismo varguista ao fascismo.

Os trabalhadores da era Vargas me revelaram crenças, valores, idéias, dores, dramas, percepções, o dia-a-dia antes e após 1930 e a inserção num projeto nacionalista. Não os espertei para poder desvendar sua “verdade”, o que seria quimérico, mas para descobrir suas razões, seus motivos, esse homem político no seu cotidiano.

O “trabalhador da Era Vargas” não foi apenas um trabalhador, foi criança, adolescente, sonhou e continua sonhando, foi marido, mulher, companheiro, pai, mãe, avô, avó. Ou seja, não pode ser medido, classificado, combinado, ser limitado a um objeto de estudo: é um ser humano, que tem História para contar, sentimentos para compartilhar.

Esses narradores, ao decidirem abandonar a vida que tinham e irem ao encontro de um projeto do Estado Novo, estavam executando a “Revolução Individual (...) no simples movimento do indivíduo de uma situação ecológica para outra está à possibilidade da ampliação de seu consumo, através da conquista de um emprego urbano, e a possibilidade da conquista de sua cidadania social e política”,⁷ transformando suas vidas, suas realidades, insatisfeitos com as condições em que se encontravam. Não tinham ideais, (aqui entendido como o que existe somente na idéia, um conceito imaginário de alguma ciência, esse saber que se adquire pela leitura, pela instrução. Lembremo-nos de que o trabalhador de que eu falo é desprovido de formação escolar, a maioria é analfabeta, ele discerne e escolhe pelas idéias, a representação de algo concreto), mas se esforçavam por achar novas habilidades no trato das relações humanas, de trabalho e econômicas.

Paulo Freire serve-se de elementos do dia-a-dia para compreender a presença do homem no mundo, e como ele se defronta com este, e constrói suas habilidades.

(...) a posição normal do homem no mundo, como um ser da ação e da reflexão, é a de “admirador” do mundo. Como um ser da atividade que é capaz de refletir sobre si e sobre a própria atividade que dele se desliga, o homem é capaz de “afastar-se” do mundo para ficar nele e com ele (...) que resulta sua inserção crítica na realidade. “Ad-mirar” a realidade significa objetivá-la, apreendê-la como campo de sua ação a reflexão. Significa penetrá-la, cada vez mais lucidamente, para descobrir as inter-relações verdadeiras dos fatos percebidos.⁸

Podemos apreender a construção do homem político utilizando a sucessão de seus dias, no decurso de suas experiências, nas relações de família, amorosas, de trabalho, para a formação da sua habilidade no trato das relações humanas e de trabalho; para a concepção de suas idéias em relação ao mundo concreto, em que viveu, vive e espera viver, através da apreensão da sua realidade, constantemente interagindo com ela.

Conquistando suas idéias e percebendo suas necessidades, tornou-se um homem político por meio das experiências do seu cotidiano.

Esse homem que veio da roça, do campo, das fábricas de tecido, do Exército, dos pequenos trabalhos burocráticos, que não tinha muita escolaridade ou era analfabeto (a maioria dos narradores é analfabeta); esse homem é um ser político, que constrói suas idéias no dia-a-dia, compara, discerne e escolhe. Ele se move por sua História de Vida, por seus conhecimentos e sentimentos, escolhe o caminho que irá seguir.

No caso estudado, meus narradores conheceram na “prática” o que é denominada República Velha, suas micro-relações, num dos degraus mais baixos da subsistência humana:

NERO MOURA: Vocês não sabem, não atentam para isso, mas antes de 30 o operário era um pária, era um desgraçado. Trabalhava de sol a sol, no interior até mesmo aos domingos. Não tinha garantia nenhuma de emprego, não tinha férias, não tinha descanso. Quer dizer, o operário, era um escravo (...) lá nos estados tavam trabalhando pra fazendeiro, no cabo da enxada né, engraçado, não tinha salário, praticamente a época era trabalhá só a conta da comida...⁹

Meus colaboradores classificaram o trabalho no campo como escravo, de onde se tirava o suficiente para se alimentar. A descrição deste trabalho foi narrada com muita angústia, indignação, as relações de trabalho com o dono da terra, tendo que dividir a terça ou a meia parte da produção, o que não garantia melhora nas condições de vida.

Penichi nos lembra que antes de estar na CSN: “eu não tinha nem carteira de trabalho...”¹⁰ porque “lá nos estados, ‘tavam trabalhando pra fazendeiro, no cabo da enxada, né?...’”;¹¹ dona Sebastiana nos relata sua angústia, uma criança que só estudava e trabalhava: “a cabeça ‘tava funcionando pra sair pra brincar...”¹²

Eles não falaram dos presidentes antes do Estado Novo, ficou um vazio. Esse “silêncio” me leva a inferir sobre o descaso destes com o trabalhador, “porque antes... a gente ainda não era empregado”.¹³

Esses trabalhadores realizaram a revolução individual, saíram à procura de melhores condições nas relações humanas e de trabalho. Ao realizarem a Revolução individual e se inserirem num projeto do Estado Novo, a CSN, descobriram uma nova identidade: trabalhista, descobriram um caminho para suas vidas, para o Brasil, passaram a valorizar os produtos que vinham das minas brasileiras, começaram a amar as riquezas da terra, o nacionalismo desabrochou junto com o trabalhismo, que era o grande e perigoso inimigo do império.

Os trabalhadores avaliam as relações de trabalho antes e após a Consolidação das Leis Trabalhistas, associam-se às idéias trabalhistas de Vargas, que passa a ser a corporificação

do Trabalhismo, sempre lembrado e festejado. Chamado de “pai”, mais por carinho do que sob a personificação da proteção e provisão, essa idéia imperial de que o nacionalismo é fruto da propaganda e, não do sentimento espontâneo dos brasileiros. Os meus colaboradores desmistificam essa idéia de Vargas pai-provedor: “a CSN cobrava aluguel pelas casas... não teve desconto pra comprá a casa”.¹⁴

Jouvaci desfaz o engano do pensamento que atribuía à “mãe CSN” dada pelo “Pai Vargas”, de que os trabalhadores se inseriam na Vila Operária e consideravam suas casas como um bem dado, “um agrado do pai”, e não adquirido pelo esforço da força de trabalho.

Nos entrevistados, percebi uma grande empatia com Vargas, relacionada às suas Histórias de Vida, essa empatia não pode ser remetida unicamente à alusão de que Vargas era o protetor e o provedor dessas pessoas, pois são corajosas, capazes de transformar suas realidades, não têm medo do imprevisto. Pessoas com tais qualidades não esperam o “dado”, nem a “proteção”: trabalham para conquistarem seus proventos, brigam pelos direitos que conheceram, identificam, em Vargas e na CLT, a vitória da Revolução Individual.

Apreenderam o que de real aconteceu, o que de sólido se estabeleceu. Podemos avaliar como foi o impacto da criação das Leis Trabalhistas, que de imediato alguns conheceram nos discursos de Vargas, e depois se concretizaram quando foram inseridos na CSN.

Pela formação desse homem político em seu dia-a-dia, é necessário que nos livremos do conceito de um homem somente construído e subordinado às intenções de um governo, é essencial conhecer a sua História de Vida. Quem é esse sujeito? Por que adere a essas idéias? O que o faz aceitá-las? Nesta análise, não estou libertando esse “homem” de todo o sistema do poder, mas o estou desvinculando da “verdade” que foi construída sobre ele, que o próprio seria fruto de um poder. “(...) tratava-se de criar um novo conceito de trabalho e trabalhador, uma contrapartida do que já se praticava no setor urbano-industrial; o forjamento do trabalhador despolitizado, disciplinado e produtivo”.¹⁵

E que esse poder se assemelharia com um autoritarismo fascista, através dos sinais sacralizados do corpo que trabalha.

Foi através da exploração desses sinais de sacralização do “corpo que trabalha” que pensamos haver contribuído para desvendar recônditos sombrios da máquina de poder político, uma face pouco ou quase nada visualizada pelos críticos dos projetos totalitários no país. Numa época histórica em que as experiências totalitárias demonstravam um forte apego à sacralização do político como instrumento de dominação, interessou-nos, particularmente, perscrutar esse tratamento religioso e o aparato litúrgico assumido cada vez com maior intensidade, isso num momento em que o Estado se laicizara e estabelecera formalmente fronteiras definitivas com o chamado poder religioso. Os projetos totalitários e fascistas utilizavam, em diferentes graduações, conteúdos teológicos com vistas à sua instrumentalização para solucionar os problemas sociais e políticos existentes. A própria configuração do corporativismo fascista bebe nas

águas do catolicismo, cuja doutrina do Corpo Místico de Cristo o antecede e o alimenta. A sacralização da política visava dotar o Estado de uma legitimidade escorada em pressupostos mais nobres que os tirados da ordem política, funcionando como escudo religioso contra as oposições não debeladas. Da mesma forma, os canais convencionais, alimentados pela religiosidade, podiam ser utilizados como condutores mais eficientes dos novos dispositivos de dominação que o poder engendrava.¹⁶

É preciso espreitar esse “homem” onde menos se o esperava e naquilo que é tido como não possuindo História – os sentimentos, o amor, a consciência, os desejos, as paixões, não para traçar a linha de uma evolução, mas para reencontrar as diferentes cenas onde eles desempenharam papéis distintos nas escolhas políticas.

Evito cair no vazio no “não-dito”, da presença repressiva do que é dito apenas pelos documentos oficiais. Não pretendo definir onde nasceram os discursos de meus colaboradores, estou encontrando-o na instância do dia-a-dia, na formação do homem político, estou tratando-o no jogo do seu momento, do seu encontro com o discurso oficial e com o cotidiano desses trabalhadores, em como eles aderem a esse discurso.

Através da apreciação das Leis Trabalhistas, esses narradores começaram a inferir sobre a realidade, classificaram a labuta no campo como “trabalho escravo”, passaram a valorizar as horas destinadas ao labor, e a moradia adquirida junto à CSN, a consideraram um direito obtido pelo trabalho realizado, como tudo o que conquistaram após se inserirem na usina.

Pai dos pobres?

Quase desde a primeira aparição pública de Vargas, milhões desses homens e mulheres o reverenciaram como uma figura paterna. Um motivo para essa veneração era a importância do parentesco fictício na sociedade brasileira. Os descendentes de escravos tornam-se parentes de seus antepassados tribais africanos mediante iniciação em cultos espíritas. Camponeses sem-terra tradicionalmente escolhiam figuras importantes como padrinhos para seus filhos recém-nascidos – no interior do Nordeste, no final do século XIX, por exemplo, consta do registro de batismos das paróquias que a virgem Maria era madrinha de milhares de meninas pequenas, que tinham por padrinhos as figuras nordestinas carismáticas de Antônio Conselheiro e Padre Cícero(...) Do mesmo modo, Getúlio Vargas, o primeiro político do país a chegar a todos os brasileiros, tornar-se o “padrinho” do país. Para as pessoas do povo, Getúlio era acessível, todo-poderoso, alguém a quem deviam lealdade e que intercederia por elas...¹⁷

O paternalismo atribuído a Vargas pelos narradores não é a condição submissa dos trabalhadores manipulados por uma propaganda governista, nem referência a uma passividade que não lhes cabe. Vargas, como o primeiro chefe político brasileiro a chegar ao poder e se dirigir diretamente à população, a ela prestar contas e transmitir lealdade, ganha o

respeito principalmente dos que sempre estiveram alijados do poder: os pobres. Meus colaboradores, aderem às idéias trabalhistas, a Getúlio concedem carinhosamente o título de “pai”.

As idéias trabalhistas e nacionalistas expressas por eles nasceram das associações de idéias construídas na realidade que conheceram após a Revolução individual. O trabalhismo representa a conquista da liberdade, a vitória da Revolução Individual, a reverência à pátria. “gostava (de Getúlio)..., porque tirei carteira profissional...”¹⁸

Os trabalhadores reinventam o trabalhismo e reivindicam o nacionalismo com a morte de Vargas.

A celebração de Getúlio significava a vitória do trabalhismo/nacionalismo aliado ao sucesso da Revolução individual. Sua morte é revista como o início do fim do trabalhismo, não um trabalhismo pronto, acabado, mas que estava se construindo, crescendo junto com o nacionalismo, e com um grande espaço vazio por preencher. Havia ainda muito por fazer, e o que não foi feito, o inacabado, foi deixado como o legado, e a carta o justificou. “aquela carta... foi um legado que ele deixou pro povo, que ele morreu pelo povo, ele queria fazer, nessa época ele já queria ser um governo popular... eles não deixavam... o político não deixa não, eles querem pra eles só”¹⁹

Sentiram-se “órfãos” com a morte de Getúlio, não pelo “falso” paternalismo, mas pelo desrespeito com os seus representantes sociais escolhidos legitimamente.

Assim todo aquele que briga pelo país... quem trabalha pelo pobre é sempre perseguido, em todo lugar do mundo, igual Chico Mendes e outros aí... na morte de Getúlio, todo mundo ficou desesperado...”²⁰

O que vem contra o pobre não tem jeito né, não vê o Juarez aí, ocê não ouviu falá do Juarez?... tudo o que vem a favor do pobre morre ué, cadê Tancredo?...²¹

Os trabalhadores escolhem seus representantes; elegeram Vargas porque:

Getúlio olhava muito pelo povo, pelos aposentados... a gente humilde que precisava... um estadista formidável... foi obrigado a morrer... deixou uma carta... a carta da pobre miséria globalizada do povo que não tinha compreensão... era um idealizador... um organizador completo.²²

Não porque era visto como “pai”, provedor de bens, mas um homem que concretizava suas idéias, um idealizador, um organizador, reconhecido e legitimado popularmente. Suas idéias aderiam às da população, que se sentiu traída com sua morte, não por Vargas, mas

pelas circunstâncias que a causaram, era o velho e grande poder voltando... Era, para esses trabalhadores, o eco da República Velha, e toda a miséria que ela representava. Ele se matou forjado... foi política, ele era amigo dos pobre”.²³

(...) Getúlio foi assassinado, num sentido figurado, porque ele foi induzido ao desespero... tinha um jornal me parece que era o Brasil-Portugal, que tinha uma entrevista dele em que ele dizia... “eu volto pelos braços do povo e tratarei de consertar erros do passado, serei atacado, não de frente, mas através dos operários – e termina a entrevista assim – uma coisa eu lhes digo, não tolerarei humilhações”, então eu acredito que ele já tinha uma pré idéia do que ele poderia fazer caso a pressão fosse demais.²⁴

A morte de Vargas abalou os trabalhadores, pelo que ele e essa morte significavam: ele, o trabalhismo aliado ao nacionalismo; sua morte: a certeza de que estes tinham muitos inimigos, que a população corria o risco de perder seus direitos e de seus representantes não serem respeitados. A agonia, a tristeza, o choro das pessoas na morte de Vargas eram o anúncio do medo, o desespero de verem seus desejos representados na figura do chefe de Estado não serem respeitados; a ameaça de abalo da democracia, do trabalhismo, do nacionalismo e seus representantes. O medo e o desespero, com certeza, não eram frutos de filhos que perdem o protetor, o provedor, mas de pessoas que perdem seus representantes, sua legitimidade, que vêm o risco de perderem a identidade trabalhista, a cidadania, a democracia.

Para os trabalhadores, estava clara a pressão que Vargas sofreu dos ministros militares, a tentativa de golpe, pois, na noite em que se matou, ele sabia que teria que depor no dia seguinte no Galeão, e que não sairia de lá, os militares planejavam um golpe.

FRANCISCO TEIXEIRA: é uma coisa interessante você observar a importância que o Clube Militar tem no problema do exército. O Clube foi fundado exatamente para que fosse uma tribuna onde o militar, independente do peso da hierarquia e da disciplina, se pronunciasse. Você se recorda, ele foi criado no auge da chamada Questão Militar, em 1887. Agora, toda vez que à facção dominante não interessa a participação militar, ela fecha o Clube. Então, o Clube tem altos e baixos. Teve o seu auge na fundação, inclusive da República, e no tenentismo revigorou-se. Com a derrota do tenentismo no governo Bernardes e no governo Washington Luís, foi relegado à uma posição inferior, quase silenciado.

Nós tivemos o mérito, depois de 45, de retomar a tradição do Clube Militar de tribuna de debates dos problemas nacionais. A preocupação do nosso grupo no começo era política, era democrática, de prestigiar a FEB. Em 46, elegemos o general César Obino, que era do EME, se não me engano, na época. Era o mais graduado do exército, um nome bom. Nesse momento foi que entramos com o problema nacionalista. Aí sim, começou o divisor de águas...”²⁵

Os militares desejavam o poder, como o Francisco Teixeira disse, era para fazer uma política entreguista, porque o nacionalismo de Vargas ameaçava intenções imperiais de domínio político/econômico/cultural, era preciso detê-lo:

FRANCISCO TEIXEIRA: nós entramos na luta nacionalista porque este seja o chamamento mais fácil para o militar patriota. Começamos a campanha do petróleo, e o que é que encontramos pela frente? A hierarquia militar contra nós. E o que é que ela era? Entreguista, golpista, antidemocrática. Porque ela queria dominar, como dominou no período do Estado Novo. Mas o Estado esgotou-se com a derrota na guerra. Caiu de moda aquele sistema fascista de governo. Eles tiveram que redemocratizar o país e queriam redemocratizar mantendo uma intervenção...²⁶

Para darem o golpe, associaram o governo varguista ao fascismo, como se Vargas estivesse ao lado de Mussolini na guerra, Vargas que não queria entrar na guerra:

NERO MOURA: logo que começou a guerra, numa conversa entre amigos, Getúlio disse: “O Brasil só pode tirar vantagens de uma guerra se não se meter, se ficar neutro. Em briga de cachorro grande, cusco não entra.” Cusco é cachorrinho pequeno, no Sul a gente chama assim. Isso foi logo no princípio.²⁷

Para acabar com o nacionalismo, era preciso retirar Vargas, em 1954; para o horror do império, a Petrobrás já havia sido criada, o petróleo continuou sendo nosso; a CSN era um grande e mau exemplo de que as estatais dariam certo, só foi permitido o empréstimo internacional de um banco norte-americano pelo presidente Roosevelt para construí-la porque precisavam do nosso litoral nordestino e sua base aérea, durante a segunda Guerra Mundial; mas agora a guerra havia acabado, o combate silencioso precisava se consolidar.

ANTONIO CARLOS MURICI: Nessa hora, o problema era como fazer para tirar Getúlio, que não tinha mais condições de mando. Se ele quisesse mandar, seria derrubado. E o que viria? Então, surge a idéia de afastá-lo e sai aquele documento assinado pelos generais, pedindo a saída do Getúlio. Esse documento foi redigido na Escola Superior de guerra, e cada um de nós foi procurar um general amigo para assiná-la. Vem o momento em que os generais vão levar ao Zenóbio a declaração de que julgam que o presidente não tem mais condições de governar o país, quando seu irmão está sendo acusado de um crime pelo qual, certamente, o seu cão de guarda é um dos responsáveis. Cria-se um impasse.²⁸

Vargas não tolera a pressão e se mata. Mas as idéias trabalhistas permanecem nesses narradores, até hoje. Outros representantes foram escolhidos, houve uma época em que as escolhas não eram permitidas, mas a democracia voltou; hoje, essas pessoas continuam escolhendo, discernindo através das idéias, confrontando o ontem com o hoje, seus repre-

sentantes e suas ações, o trabalhismo e nacionalismo, nessa comparação, se fazem presentes, o sonho de realizarem o *legado*, de consolidarem e expandirem os direitos trabalhistas e o amor à pátria ainda é declarado, reinventam o trabalhismo num momento em que examinam as intenções e declarações do então presidente da República do Brasil no período em que foram realizadas as entrevistas – Fernando Henrique Cardoso.

Por que Fernando Henrique Cardoso, depois de ter sido eleito em 1994, anunciou que sua administração representaria “o fim da Era Vargas” na história brasileira? O que ele quis dizer foi que esperava pôr fim à natureza intervencionista do governo e à estrutura corporativista que a acompanhava.²⁹

Na época de Getúlio nós ganhava um salário mínimo, dava pra gente andar bem vestido, comer à vontade... hoje, o salário mínimo não dá pra comê, cê vê que situação...³⁰

(*Na época de Vargas*), era melhor, a gente tinha dinheiro no bolso, o dinheiro não fazia falta no fim do mês, né?... hoje, se bobear, o dinheiro não dá pra fazer compra.³¹

O poder aquisitivo do salário mínimo da época de Vargas é, para os trabalhadores, o símbolo da vitória do trabalhismo, hoje é a representação do descaso com o trabalhador, com o brasileiro, do não reconhecimento deste como cidadão.

Outra grande preocupação desses narradores é com o desemprego.

(...) o desemprego é o maior desastre que tem na vida do homem... é a parte mais indigna... Vargas..., cuidou da nação, né?...³²

Na época de Vargas... nunca existiu essa pobreza... criava serviço pra todo mundo... nunca imaginei que um dia ficaria assim...³³

Os entrevistados associam uma empresa estatal com a junção entre os interesses da produção e do lucro com os benefícios sociais, em prol da nação. O desemprego, para eles, é impróprio para o homem, pois o emprego lhe confere respeito e reconhece sua honra, uma homenagem a sua virtude. Na voz desses trabalhadores, o desemprego é como um desastre, onde morre o trabalhador, a honra da pátria.

A reforma da Previdência, anunciada pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e algumas de suas declarações exaltaram os ânimos dessas pessoas.

O Fernando Henrique... chamou os aposentados de vagabundo, inclusive eu até ouvi muitos ministros dizer essa frase... ele ‘tá tirando o direito do trabalhador... não é cabível tirar o direito depois de adquirido, se você adquire o direito, ele te pertence... Ele não ‘tá agindo na altura que é necessária... ele tem que ter valor ao trabalhador. Por que, uai? Porque Deus deixou pra cada um de nós, aqui, na superfície da terra, na nossa formação do corpo... Deus é que deixou o trabalho, pra poder nós adquirir os direitos; então, ele ‘tá tirando os direitos do trabalhador, ele

‘tá indo contra o trabalhador... o que que ele pensa? O que que esse homem pensa que ele é?...ele ‘tá pensando que ele é o rei Herodes, né? Ele ‘tá massacrando os trabalhadores, ‘tá tirando os direito, né?... essa imensidão de família brasileira, que eu acharia que ele deveria ter mais um pouco de conhecimento, dar valor aos trabalhadores... Getúlio era correto, cuidou da nação brasileira.³⁴

Para Pennichi, designar os aposentados de vagabundos significava o descaso com a nação, a morte do trabalhismo e tudo o que ele representa – os direitos, a vitória da Revolução individual, a valorização da mão-de-obra, a realização dos sonhos de melhores tratos nas relações humanas e de trabalho, era dizer que todo o caminho que percorreram foi errante, ao acaso, sem destino, um passear ocioso, uma vida de erros... Um engano de nação.

Os direitos trabalhistas adquiridos por esses narradores não são representação do paternalismo varguista, mas por eles entendido como um direito natural, que devia e foi conquistado, e não pode ser perdido, pois desvalorizar os trabalhadores que sustentam a nação é o mesmo que enganá-la, fraudá-la.

Os entrevistados declaram que as empresas privadas não têm compromisso com a comunidade produtora, que seus os ganhos não se reverterem para o bem-estar social. Voltou o imperialismo, ganhou a guerra, nossas empresas foram privatizadas, o lucro não mais nos pertence, nossas riquezas se esvaem, nosso povo é explorado e desrespeitado, é o fim do trabalhismo, um golpe no nacionalismo.

Meus colaboradores estão como no início de suas vidas, procurando novas habilidades no trato das relações humanas, de trabalho e econômicas. No embate entre o presente e o passado, reinventam o trabalhismo, reivindicam seus direitos, querem-nos para seus descendentes, e as idéias varguistas são mais uma vez legitimadas.

Ainda buscam a liberdade, a independência, esse sonho não morreu, e mesmo na tentativa de destruírem o trabalhismo e o nacionalismo, com o desemprego e as privatizações, para meus colaboradores ainda resta o *legado*, a *carta*.

Falam do medo que os trabalhadores têm na empresa privada, de perderem o emprego: é a ditadura do desemprego.

Que, segundo Raimundo Reis: “tá na mão de magnata, minha filha você já viu coisa na mão de gente que tem dinheiro tê valor? Eles faz o que quer, eles têm um dinheirão... eu fico pensando, a gente viu montá essas coisa aí tudo, com tanto sacrifício...”³⁵

Para os meus entrevistados, a ditadura do desemprego fez com que acabasse dentro da CSN a confiança e a amizade entre os funcionários, o medo de falar, de reivindicar, de ser repreendido com a demissão. Colocaram o medo na população brasileira, que devora, pro-

voca a desunião, que os destrói aos poucos, e não os deixa se sentirem irmãos, são competidores, brasileiros contra brasileiros. A distância entre os trabalhadores é um dos elementos da desconstrução do trabalhismo, um povo dividido, uma pátria fragmentada.

Guardam o nacionalismo como se escondessem o fascismo, como se fosse um erro amar a pátria. Foram desconstruídos, despatriados, num combate silencioso, mortal.

Recebido em dezembro/2004; aprovado em maio/2005

Notas

* Mestre em História Social pela FFLCH-USP.

¹ BARTHES, R. *A câmara clara*. Trad. Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997.

² FOUCAULT, M. *Arqueologia do Saber*. Petrópolis, Vozes, 1972.

³ DINAMARCO, p. 77.

⁴ *Ibid.*, p. 101.

⁵ FERREIRA, J. *Trabalhadores do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 16.

⁶ DUTRA, E. F. *O ardil totalitário. Imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997, p. 23.

⁷ WEFFORT, F. *O Populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, p. 75.

⁸ FREIRE, P. *Extensão ou comunicação*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

⁹ Nelson Penichi, apud DINAMARCO, p. 92.

¹⁰ Apud DINAMARCO, p. 83.

¹¹ Apud DINAMARCO, p. 92.

¹² Apud DINAMARCO, p. 139.

¹³ Joaquim Sargento, apud DINAMARCO, p. 179.

¹⁴ Jouvaci Milheiro, apud DINAMARCO, p. 130.

¹⁵ LENHARO, A. *Sacralização da política*. Campinas, Paipirus, 1986, p. 15.

¹⁶ *Ibid.*, p. 18.

¹⁷ LEVINE, R. *Pai dos pobres?* São Paulo, Companhia das Letras, 2001, pp. 149-150.

¹⁸ Raimundo Reis, apud DINAMARCO, p. 160.

¹⁹ Maria Sebastiana, apud DINAMARCO, p. 140.

²⁰ Jouvani Milheiro, apud DINAMARCO, p. 134.

²¹ Geraldo Urso, apud DINAMARCO, p. 62.

- ²² Henrique Alves, apud DINAMARCO, p. 109.
- ²³ Ibid., p. 108.
- ²⁴ Dona Noêmia, apud DINAMARCO, pp. 117-118.
- ²⁵ Apud LIMA, op. cit., pp. 222-223.
- ²⁶ Ibid., pp. 222-223.
- ²⁷ Ibid., p. 212.
- ²⁸ Ibid., p. 239.
- ²⁹ LEVINE, op. cit., p. 187.
- ³⁰ Geraldo Urso, apud DINAMARCO, p. 61.
- ³¹ Jouvaci Milheiro, apud DINAMARCO, p. 129.
- ³² Nelson Penichi, apud DINAMARCO, p. 93.
- ³³ Henrique Alves, apud DINAMARCO, p. 110.
- ³⁴ Nelson Penichi, apud DINAMARCO, pp. 93-95.
- ³⁵ Apud DINAMARCO, p. 149.